



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-

900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:

UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

CONCLUSÃO

Em 13 de março de 2023 faço estes autos conclusos ao(à) MM(a). Juiz(a) de Direito Dr(a). Dimitrios Zarvos Varellis. Eu _____ (Dimitrios Zarvos Varellis), Cargo do Usuário << Informação indisponível >>, subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **1002553-28.2022.8.26.0100**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Paula de Andrade Boechat e outro**
 Requerido: **Libbs Farmacêutica Ltda.**

Vistos.

RAFAEL DE ANDRADE BOECHAT e **PAULA DE ANDRADE BOECHAT**, qualificados nos autos, ajuizaram a presente **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **LIBBS FARMACÊUTICA LTDA.**, igualmente qualificada, sustentando, em resumo, que no final de 2018 seu pai, **RICARDO BOECHAT**, foi contratado pela ré para dar palestra sobre o cenário político nacional, que se realizaria no dia 11.02.2019 em Campinas, por meio de “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado”, no qual foram definidas a remuneração, condições de divulgação da imagem, objeto e responsabilidades de ambas as partes, inclusive obrigação específica de transporte até o local do evento, que deveria ser realizado por meio de helicóptero. Alegam que na manhã de 11.02.2019 **RICARDO BOECHAT** embarcou no helicóptero contratado pela empresa após proferir a palestra, mas a aeronave enfrentou problemas técnicos que levaram o piloto a realizar tentativa de pouso de emergência na Rodovia Anhanguera, o qual bateu com uma carreta, vindo a falecer seu pai e o piloto. Sustentam a responsabilidade civil da ré e o dever de indenizar, por violação da cláusula terceira que prevê a responsabilidade da ré por qualquer dano moral e material que o contratante sofresse por falta de segurança durante a realização do evento, e, também, pelo transporte de Ricardo, não importando que a ré tenha contratado a agência Zum Brasil para a realização do evento, a qual contratou a RQ Serviços Aéreos Especializados Ltda. em nome da LIBBS. Aduzem que, ainda que desnecessária a aferição do elemento subjetivo de culpa da ré por não adotar mínima

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-

900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:

UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

cautela na escolha da empresa de transporte, que sequer tinha autorização para realização do frete contratado na modalidade táxi-aéreo, as investigações conduzidas pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos do Comando da Aeronáutica concluiu pela negligência da empresa contratada pela ré. Sugerem condenação da ré em 500 salários mínimos para cada autor, conforme julgados semelhantes. Pleiteiam a procedência da ação para condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais a serem fixados pelo Juízo, para cada autor, bem como tramitação em segredo de justiça (fls. 1/22).

Com a inicial vieram documentos (fls. 23/187).

Determinou-se a regularização da inicial (fls. 188/189), a qual foi cumprida (fls. 194/196).

O pedido de tramitação do processo em segredo de justiça foi indeferido, com determinação de citação da ré (fls. 197/198).

Citada, a ré ofertou contestação arguindo, preliminarmente:

a) impugnação ao valor da causa, pois os autores pleiteiam no mínimo 500 salários mínimos de indenização por dano moral e recolheram apenas R\$10.000,00 de custas; b) extinção do processo por ilegitimidade passiva, pois Ricardo Boechat foi contratado por intermédio da sua empresa REB COMUNICAÇÃO LTDA. para palestrar no evento anual da LIBBS, e esta contratou a ZUM BRAZIL EVENTOS, atualmente denominada LINE UP EVENTOS LTDA. (“ZUM”), que por sua vez, contratou a RQ Serviços Aéreos Especializados Ltda.; c) denúncia da lide das empresas ZUM e RQ, porque a RQ responde de maneira objetiva e isolada pelos danos causados pelo acidente aéreo e do Contrato firmado entre a LIBBS e a ZUM, e que esta deve responder por eventual indenização. No mérito, sustenta a inexistência de responsabilidade objetiva, ausência de culpa ou negligência, pois, ao contratar a empresa ZUM, agiu de maneira prudente e cautelosa, não havendo que se falar de eventual negligência que teria dado causa ao acidente; *ad argumentandum*, ausência de comprovação dos elementos caracterizadores da responsabilidade civil subjetiva e de comprovação dos alegados danos morais. Pleiteia o acolhimento das preliminares e citação das empresas ZUM e RQ ou, subsidiariamente, a improcedência da ação (fls. 203/253).

Com a contestação vieram documentos (fls. 254/423).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:
UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

O pedido para depósito de mídia em cartório foi indeferido, com determinação que a parte apresentasse *link* de acesso para que a Serventia salvasse apenas dados no sistema One Drive (fls. 424), cumprido (fls. 427/428 e 456/457).

Os autores apresentaram réplica (fls. 432/447).

Intimadas as partes a especificarem provas a produzir (fls. 458), ambas pediram o julgamento antecipado da lide e juntaram documentos (fls. 461/478 e 479/521).

O pedido de impugnação ao valor da causa foi acolhido (fls. 523), com recolhimento da diferença das custas (fls. 526/530).

É O RELATÓRIO.**FUNDAMENTO E DECIDO.**

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, uma vez que, sendo de fato e de direito a controvérsia nele instalada, suficiente a prova documental já produzida nos autos.

A impugnação ao valor da causa foi acolhida e a diferença de custas recolhida (fls.523, 526/530).

Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva à luz da denominada teoria da asserção ou *prospettazione*, uma vez que as condições da ação devem ser aferidas a partir das afirmações deduzidas na petição inicial, de tal modo que a carência de ação deve ser reconhecida apenas quando possível constatar a ausência de uma das referidas condições em cognição não exauriente.

A requerida celebrou contrato de prestação de serviços com a empresa REB COMUNICAÇÃO LTDA., por meio do qual se responsabilizou pelo transporte do “CONTRATADO” (cláusula 3.2 – fls.52), que, em verdade, foi o representante da pessoa jurídica, a saber, o jornalista RICARDO EUGÊNIO BOECHAT.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-

900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:

UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

Diante do acidente e falecimento do jornalista RICARDO EUGÊNIO BOECHAT os autores, dois de seus filhos, ajuizaram a presente ação à responsabilização da requerida pelos danos morais sofridos, tema de mérito.

Portanto, não há dúvida da legitimidade passiva da ré.

O pedido de denunciação da lide às empresas organizadora do evento e transportadora do “CONTRATADO”, não comporta deferimento.

Assim o é, porque a inclusão de discussão acerca da culpa de terceiros ocasionará evidentes prejuízos à economia e celeridade processuais, contrariando os interesses dos requerentes.

Caso procedente a ação, a ré poderá direcionar sua pretensão indenizatória às ora denunciadas em ação autônoma, na forma prevista no artigo 125, § 1º, do Código de Processo Civil, *in verbis*:

“Art. 125. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:

(...)

§ 1º O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida”.

Em complemento, observe-se que o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve a oportunidade de se pronunciar a respeito do tema em ação a respeito dos mesmos fatos, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2145322-51.2022.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que agravante a ora requerida e agravada B. A. B. *in verbis*:

*“*Intervenção de terceiro - ação de indenização por danos materiais e morais no importe total de R\$11.350.000,00, decorrente do falecimento do jornalista RICARDO BOECHAT, movida por sua filha BEATRIZ em face da LIBBS*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-

900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:

UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

FARMACEUTICA LTDA. ré agravante que objetiva denunciação à lide das empresas que organizaram o evento e realizaram o transporte aéreo inadmissibilidade - tumulto processual desnecessário – inexistência das hipóteses autorizadoras, cabendo lembrar à recorrente que “o direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida” (art. 125, § 1º, do CPC/15) - jurisprudência deste Sodalício - recurso improvido.” (fls.487).*

Quanto ao mérito, a ação é procedente.

Assim o é, uma vez preenchidos nos autos os requisitos legais previstos nos artigos 186 e 927, do Código Civil, ao reconhecimento da responsabilidade civil objetiva e subjetiva da requerida.

Os autores buscam a reparação dos danos morais que teriam suportado em decorrência do falecimento de seu pai (o jornalista RICARDO EUGÊNIO BOECHAT) em acidente aéreo, quando retornava da Cidade de Campinas após proferir uma palestra na condição de contratado da requerida.

A ré, por sua vez, sustenta inexistência de responsabilidade contratual objetiva, culpa ou negligência, alegando culpa da empresa ZUM, organizadora do evento, que, por sua vez, contratou a empresa RQ Serviços Aéreos Especializados Ltda. para fazer o transporte aéreo do jornalista.

Sem razão a requerida, sempre respeitados os fundamentos lançados nos autos por seus cultos e zelosos Advogados.

A ocorrência do acidente que resultou na morte do pai dos autores é incontroversa (fls.33).

Aplica-se ao caso a regra da responsabilidade objetiva da ré em relação aos danos advindos do acidente aéreo, na qualidade de contratante do *de cujus* em benefício de sua atividade econômica, uma vez que assumiu a plena responsabilidade pelo transporte do jornalista, nesta evidentemente incluída a segurança, em que pese a interpretação em sentido diverso apresentada em contestação (fls.238).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-

900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:

UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

A “CLÁUSULA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE”, do contrato de fls. 52/55, é clara ao impor à ré a responsabilidade pelo transporte e eventuais danos ao contratado Ricardo Boechat, transporte esse que incluiu a ida e a volta do evento (cláusula 3.2 - fls. 52).

Em complemento, observe-se que, na fase de negociação, a sugestão de transporte de ida e volta do *de cuius* por meio de helicóptero foi da Sra. Diretora de Relações Institucionais ligada à requerida, conforme mensagem eletrônica datada de 24 de janeiro de 2019 (copiada as fls.48).

O artigo 622, do Código Civil, não pode ser aplicado de forma analógica ao presente caso, uma vez que a ré assumiu, e por escrito, junto ao falecido, a plena responsabilidade por seu transporte seguro, evidentemente.

Mas não é só.

Não é demais reconhecer que, a partir do momento em que assumiu a plena responsabilidade pelo transporte do *de cuius*, a ré tinha obrigação de se certificar da melhor escolha possível da transportadora, e isto não ocorreu no caso dos autos, certeza que se extrai da leitura da contestação na qual em momento algum a requerida disse ter buscado qualquer informação a respeito da empresa RQ Serviços Aéreos Especializados Ltda..

Pouco importa tenha sido, ou não, da empresa LINE UP EVENTOS LTDA. (“ZUM”) a escolha da transportadora, pois, como visto, a ré assumiu a plena responsabilidade pelo transporte do *de cuius*.

Neste sentir, também caracterizada a culpa *in eligendo* da requerida, na medida exata em que os documentos de inicial apontam falhas de manutenção da aeronave e de seu Piloto, a diretamente ocasionar o acidente fatal (fls.57/63).

As teses defensivas no particular, não comportam

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-

900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:

UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

acolhimento.

A ré diz que *“muito embora hoje em dia seja bastante fácil afirmar que a RQ não tinha autorização da ANAC para fazer taxi aéreo, fato é que, na época em que se deu a contratação e ocorreu o acidente, não era muito claro qual o limite da autorização dada pela ANAC à RQ. Referida afirmação, além de corroborada pelo expert, também pode ser facilmente verificada pela comparação entre a página oficial de consulta da ANAC na internet antes do acidente e a atual:”* (fls.231/232).

Uma vez mais respeitado o entendimento diverso, se na época em que se deu a contratação e ocorreu o acidente não era muito claro qual o limite da autorização dada pela ANAC à RQ, a autora, diretamente ou por sua contratada, deveria ter exigido maiores e melhores esclarecimentos por parte da transportadora.

Não é possível admitir que a requerida pudesse, de fato, se responsabilizar pessoalmente pelo transporte seguro de ida e volta do *de cujus* e, a partir de então, relegar a terceira pessoa, no caso a contratada à organização do evento, a responsabilidade isolada pela contratação da transportadora.

É preciso observar que a requerida, em suas próprias palavras, é uma gigante da área farmacêutica nacional, e, portanto, tinha totais condições de acompanhar mais de perto o processo de contratação da transportadora, inclusive mediante a contratação de uma pessoa experiente neste tipo de transporte, como, por exemplo, o *expert* por ela convocado nesta ação a “traduzir” o relatório do CENIPA. Eis a autora em suas próprias palavras, *in verbis*:

“2. Inicialmente, cumpre esclarecer que a LIBBS é indústria farmacêutica, integralmente nacional, com quase 70 anos de história e contando com mais de 2.700 colaboradores em todo o Brasil. Produz mais de 50 milhões de unidades de medicamentos ao ano e investe 10% do seu faturamento em pesquisa, desenvolvimento e inovação” (fls.205).

A ré, de forma extremamente hábil, em sua contestação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-

900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:

UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

aponta a existência de diferença entre ser responsável por arcar com as despesas de transporte e de se responsabilizar pelo transporte em si.

Os argumentos, todavia, não apresentam qualquer poder de convencimento quando se imagina – sempre partindo da tese defensiva – qual teria sido a decisão do *de cuius*, caso soubesse que a intenção da requerida seria a de somente arcar com os custos do transporte, sem se responsabilizar pelo transporte em si, isto é, pela segurança do transporte. A primeira ideia que vem à mente é a da recusa da oferta pelo “CONTRATADO”.

Ademais, a cláusula 3.2 foi redigida de forma genérica, não permitindo que o *de cuius* pudesse imaginar que a responsabilidade pelo transporte se limitasse às despesas e não abrangesse a segurança.

Ainda quanto à cláusula 3.2 do contrato, a ré afirma o seguinte, *in verbis*:

“121. Quanto à cláusula 3.2. do Contrato, importante ressaltar que a cláusula dispõe sobre a responsabilidade da contratante pelo transporte do contratado somente até o local do evento, nada dispondo sobre a sua volta do evento:

“3.2. - A CONTRATANTE será responsável pelo transporte do CONTRATADO até o local da realização do EVENTO.” (grifou-se)

122. Isso porque, nos termos do Contrato, o serviço a ser prestado pelo contratado era o comparecimento no evento para participar de entrevista. Uma vez prestado o serviço, o contratado havia cumprido a sua obrigação contratual e, assim, poderia optar livremente por ficar no local do evento, retornar a São Paulo ou ir a qualquer outro local -- não incumbindo à LIBBS ser responsável pelo seu transporte de volta”.

A tese é absolutamente insustentável, porque: a) a própria Sra. Diretora de Relações Institucionais ligada à requerida, na fase de negociação, sugeriu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-

900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:

UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

transporte de ida e volta do *de cujus* por meio de helicóptero, conforme mensagem eletrônica datada de 24 de janeiro de 2019 (copiada as fls.48); b) uma vez que a transportadora contratada efetivamente disponibilizou ao “CONTRATADO” o transporte de volta, sem qualquer menção pela requerida no sentido de que o trecho em questão foi objeto de contratação direta pelo *de cujus* no dia do evento; e c) o reconhecimento da mera liberalidade esbarra nos termos do contrato celebrado pelas partes, na própria negociação na fase pré-contratual, e, finalmente, no recibo copiado as fls.217, em que pagos R\$ 6.500,00 pelo transporte de ida e volta.

Neste contexto, de nada importa tenha o *de cujus* manifestado vontade de logo retornar a São Paulo após o evento.

Os danos morais, na definição do saudoso Professor Carlos Alberto Bittar, “*se traduzem em turbacões de ânimo, em reacções desagradáveis, desconfortáveis, ou constrangedoras, ou outras desse nível, produzidas na esfera do lesado*” (in *Reparação Civil por Danos Morais*, 2ª Ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993, n.5, p.31, op. cit. in *Dano Moral*, Humberto Theodoro Júnior, 4ª Ed., Editora Juarez de Oliveira, 2001, p.2.) [g.n.].

A dor pela perda de um pai é inquestionável.

Não há nos autos qualquer elemento a sugerir inexistência de amor recíproco entre os requerentes e o *de cujus*.

Logo, a existência do dano moral é presumida, *in re ipsa*, por conta da morte do pai dos autores em trágico acidente coberto pela mídia, praticamente em tempo real.

A fixação da indenização por dano moral deve ser procedida à luz do binômio: a) necessidade de punição ao agente como fator de desestímulo da repetição da conduta; e indispensável b) indenização à vítima, sem enriquecimento ilícito.

Os autores pleiteiam indenização a ser fixada em montante

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-

900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:

UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

superior a quinhentos salários mínimos (fls.20).

Não é possível valorar a dor pela perda de um pai. Esta é uma dor que, em verdade, não tem preço.

Neste sentir, a postulação não se mostra, em tese, caracterizadora de enriquecimento ilícito.

Por outro lado, como já visto, a requerida é uma indústria farmacêutica, integralmente nacional, com quase 70 anos de história, que conta com mais de 2.700 colaboradores em todo o Brasil e produz mais de 50 milhões de unidades de medicamentos ao ano, e, finalmente, que gastou mais de R\$ 30.000.000,00 somente no evento para o qual contratado o *de cujus* (fls.236).

Neste sentir, considerando os fatos envolvidos nesta ação e as condições das partes, o valor da indenização por dano moral deve ser fixado em quinhentos salários mínimos para cada um dos autores, correspondentes a R\$ 606.000,00 na data do ajuizamento desta ação, na forma do pedido inicial.

Destarte, a procedência da ação é medida de rigor.

Ante o exposto, e de tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, e condeno a requerida ao pagamento de R\$1.212.000,00 aos requerentes, R\$ 606.000,00 para cada, corrigidos monetariamente pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça a partir desta sentença, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

A ré arcará com o pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios desde já fixados em 15% sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil, considerando a complexidade da causa.

Nada sendo requerido no prazo de trinta dias contados do trânsito em julgado, arquivem-se os autos, após as comunicações devidas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 12º ANDAR, SALA 1220, CENTRO - CEP 01501-900, FONE: (11) 3538-9247, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:
UPJ11A15CV@TJSP.JUS.BR

P.R.I.C.

São Paulo, 13 de março de 2023.

Dimitrios Zarvos Varellis

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**